



Representantes do INCA e da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa em reunião de entrega do projeto

## INCA finaliza projeto-piloto de adequação da LGPD no HC II

O projeto-piloto para adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), realizado na área de Assistência do HC II, foi encerrado em março e produziu vasto material, que apontou pontos fracos e fortes, além de oportunidades futuras para o INCA. Na etapa Jornada do Paciente, por exemplo, foram mapeados os dados pessoais e sensíveis, suas formas de coleta, utilização, armazenamento e eliminação, os riscos envolvendo o tratamento desses dados e as medidas protetivas necessárias.

Ao todo, somaram-se 376 horas de consultoria da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), campanhas de conscientização em LGPD e capacitação e treinamento da equipe. Entre os pontos fortes, estão os processos informatizados e o comprometimento dos profissionais da instituição. E, dentre os que requerem atenção, se destacou a falta da disponibilidade, para a força de trabalho, de conhecimento e suporte jurídico para entendimento da lei.

O INCA iniciou os esforços para o mapeamento no segundo semestre de 2020. Na época, havia material orientativo insuficiente sobre o tema e poucos modelos referenciais que considerassem as particularidades da administração pública federal e as especificidades exigidas para proteção de dados de saúde. “Em 2021, a RNP buscava uma instituição de saúde para aplicar

seu método de adequação à LGPD, com vistas ao seu aprimoramento. O INCA foi a instituição escolhida devido ao reconhecimento de sua excelência na área”, explicou o analista do Serviço de Tecnologia da Informação Carlos Henrique Martins, que coordena a implantação da LGPD no Instituto.

### Próximos passos

Segundo ele, com o término do trabalho, cabe agora replicar para as demais áreas da instituição o método de adequação e a experiência adquirida com o projeto-piloto, processo que será inicialmente conduzido pelo Comitê de Privacidade e Segurança da Informação e Comunicação (CP&SIC), pelos pontos focais das áreas e pelos gestores. Também será avaliado quais documentos poderão ser compartilhados com a comunidade da área da saúde.

“A possibilidade de utilização de um método desenvolvido de forma colaborativa com a RNP, com apoio de consultores na área jurídica e tecnológica e o fornecimento de modelos de documentos e de adequação dos processos de trabalho, permitiu um ganho significativo na maturidade institucional. Outro ponto relevante foi a constante troca de conhecimento entre a equipe do INCA e os consultores da RNP”, disse Carlos Henrique.